Caleidoscópio do capitalismo | Luiz Marques

28/09/2023

Ernest Mandel interpretou três fases do capitalismo. A primeira é a do mercado (1700-1850) com o capital circunscrito às nações. A segunda é a monopolista até a década de 1960, em que o *boom* da reconstrução pós-guerra é marcado pelo imperialismo dos mercados transnacionais e da exploração colonialista. A terceira carimba um "capitalismo tardio". Alude às corporações multinacionais, à globalização dos mercados e ao consumo de massa. A reprodução do capital arruína os recursos naturais. A sociedade de consumo esgota a lógica produtivista. A superprodução transfere postos de trabalho ("desindustrialização") ao setor de serviços e precariza os empregos. Acendia-se o alerta.



A catástrofe se armava. *Capitalismo tardio*(1972), o livro do prócer belga da IV Internacional, "é dos poucos que se pode dizer que ganham atualidade à medida que o tempo passa", escreve Paul Singer. Mas o modo de produção não colapsara. O ator histórico da emancipação mantinha-se na coxia. Aguardava a hora de entrar em cena para enfrentar os desafios que vinham à consciência.

Atendo-se ao século XX, no prefácio à edição de *Ciências humanas e filosofia* (1952), Lucien Goldmann classifica de "capitalismo em crise" o período dos movimentos revolucionários de 1917-1923, a hecatombe de 1929-1933, as duas guerras mundiais e o fascismo italiano e espanhol na periferia do centro industrial europeu. A crise evidencia a desorganização do mercado liberal em função do desenvolvimento dos monopólios. No pós-guerra, advém o "capitalismo de organização" com mecanismos reguladores e intervenções estatais em um contexto de crescimento econômico contínuo, que tem como símbolo maior a construção do Estado de bem-estar social. As categorias do pensador romeno-francês sobre as etapas das estruturas hegemônicas repercutem na academia. As imagens no caleidoscópio ainda não mostravam a forma do terror que, agora, abraça o caos.

A cortina do *nonsense*

Filosoficamente, a transição do capitalismo em crise para o capitalismo de organização substitui a angústia e a morte pela confiança no futuro cientificista, racionalista. A diferença com o Iluminismo clássico é que, em vez dos valores individualistas, a coletividade adquire a primazia pelo cuidado institucional com a dimensão social dos direitos da população (educação, saúde, trabalho, etc). As conquistas sociais reanimam a esperança. Confrontado com a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), o capitalismo se obriga a encenar um rosto mais humano.

A literatura desiludida com as carnificinas bélicas (F. Scott Fitzgerald, em *Este lado do paraíso*) dá lugar à literatura ligada à ficção científica dos avanços tecnológicos, da robótica e do conhecimento alienígena (Erich von Däniken, em *Eram os deuses astronautas?*). A juventude troca de medos. Durante o Maio de 1968, época de pleno emprego na Europa, estudantes temem perder os sonhos profissionais para os robôs invasores que ameaçam a sua empregabilidade, na próxima quadra. Os *hippies*, em comunidades alternativas, mapeiam a geopolítica do temor na sociedade. O filme de Dennis Hopper, *Easy rider* (1969), traduzido como *Sem destino*, retrata o sentimento em voga.

A ideologia neoliberal torna a "desigualdade" o novo ideal dos Estados. O "desemprego" vira um instrumento para debilitar os sindicatos e a resistência popular. A democracia distancia-se da justiça social. As lutas do trabalho são sufocadas. O cavalo louco do "capitalismo da desregulamentação" ataca as relações socialdemocratas. A violência destrutiva assalta o povo e o meio ambiente com a "biopolítica" e "a nova razão do mundo". Analistas políticos enfatizam as tecnologias cibernéticas: o "capitalismo de vigilância", a "sociedade da informação", o "poder do *Big Data*", a" infocracia", a "inteligência artificial", os "algoritmos", a "manipulação da vontade". Poucos olham para cima e reparam no divórcio litigioso do *Homo sapiens* com Gaia. Desce a cortina do teatro *nonsense*.

O futuro que queremos

A Conferência de Estocolmo, no longínquo 1972, foi a primeira realizada sobre o homem e o meio ambiente. Admite os problemas desencadeados pelo processo de industrialização, a poluição e o escoamento dos recursos naturais. A Conferência de Nairóbi, em 1982, acena com a necessidade de recuperação das áreas degradadas e a criação de unidades de conservação ambiental. O Protocolo de Montreal, em 1987, bane os gases nocivos da camada de ozônio. A Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, prega a indispensável conciliação do desenvolvimento socioeconômico e a proteção dos ecossistemas. Pinta o precioso conceito de "desenvolvimento sustentável", esboço da Agenda 21.

O Protocolo de Kioto, em 1997, se compromete em reduzir a emissão de gases poluentes advindos em grande escala dos combustíveis fósseis. Em Johanesburgo, na África do Sul, em 2002, se faz o balanço da Eco-92 com um plano de ação que destaca os recursos naturais e sua utilização racional, a globalização, a miséria, a pobreza e o respeito aos direitos humanos. A Rio+20, em 2012, faz outro balanço das propostas assumidas, sem explicitar "o futuro que queremos". Compreende-se.

Também em 2012, o Fórum Social Mundial (FSM, Porto Alegre) abre espaços para discussão dos movimentos sociais sobre contrapartidas à metamorfose do planeta. Condena as "elites" econômicas e reivindica mudanças no modelo de desenvolvimento da sociedade, que amplia as desigualdades e destrói a natureza. Propõe o uso de energias renováveis, a utilização dos resíduos orgânicos e a limitação ao consumismo predatório e à opressão dos indígenas. O desmonte absurdo dos órgãos de controle aprofunda as mudanças climáticas, que ora incendeiam e ora inundam as manchetes.

Não a todo fatalismo

A ideia de que o "progresso inevitável" é um trem desgovernado, sem ninguém para puxar o freio de emergência é denunciada com o lançamento do *Manifesto Ecossocialista Internacional* (2001), assinado pelo intelectual brasileiro radicado na França, Michael Löwy, e um dos ícones do Partido Verde nos Estados Unidos, Joel Kovel. Grupos esparsos nos hemisférios Norte e Sul sinalizam para o perigo que se avizinha, e esbarram em um muro sólido de silêncios sob a batuta das finanças. Para não mencionar o negacionismo sobre o "efeito estufa" que – se queria provas empíricas – já as têm.

Löwy e Kovel alertam para o terrível desastre ambiental que nos espreita e para a consequente recessão ou a depressão mundial. Mais: acusam "o fatalismo internalizado que afirma não existir outra possibilidade de ordem mundial que não seja a do capital". O *Manifesto Ecossocialista* é publicado no editorial da revista *Capitalism, Nature, Socialism* (2002). Passados vinte anos, o muro mostra rachaduras importantes, de alto a

baixo. A última Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), através do discurso histórico do presidente Lula da Silva, estampa a urgência em encontrar soluções para as desigualdades provocadas pelo neoliberalismo e em conter o aquecimento global. Não obstante, os países desenvolvidos relutam em arcar com as despesas para reverter a tendência.

Um consenso forma-se sobre a porta do inferno. Qualquer resposta coloca-se entre dois campos. De um lado, a extrema direita que resgata as tendências reacionárias do nazifascismo, no decênio de 1930; de outro, as forças democráticas e socialistas que põem a *démarche* capitalista em xeque. Trata-se de uma questão de sobrevivência para a espécie humana diante de um espectro devastador. A jovem sueca, Greta Thunberg, sabe que a briga não é contra "quem tem mais de trinta anos". A briga tem caráter antissistêmico, mira o estilo de vida regido pelo método de produção e consumo perdulários, insustentáveis. É preciso cobrar atitudes das instituições de governança. A disciplina científica sugerida pelo biólogo Ernest Haeckel, em 1866, a "Ecologia", contém na nomenclatura *Logos* (ciência) e o derivativo da palavra grega *Oikos* (casa, ambiente habitado), – deve integrar o currículo das escolas de Ensino Médio, como a Filosofia e a Sociologia. Antes tarde do que nunca.

Botar o bloco na rua

O grito de socorro foi ouvido por um notável pioneiro do ambientalismo na *Terra brasilis*, José Lutzenberger, fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN, 1971), autor do *Manual de Ecologia* (1974) e do *Manifesto Ecológico Brasileiro: O Fim do Futuro?* (1976). "É possível que já estejamos presenciando o começo da inversão climática global, afetando seriamente a condição da atmosfera. O homem moderno estraga cada uma das peças da engrenagem – e joga areia no mecanismo, preparando o colapso. Chegará o dia em que os flagelados e os mortos totalizarão milhões. Se destruirmos os oceanos, teremos destruído a nós mesmos", avisou o mestre.

Lutz, como era chamado com afeto, foi ministro do Meio Ambiente do triste governo Collor de Melo. Em conflito aberto com o Comando Militar da Amazônia e o governador do Amazonas, logo é exonerado do cargo (1990-1992). Promove a demarcação das terras Yanomami com 9.664.975 hectares, tamanho superior às dimensões de Portugal. Derrota os inimigos na trincheira, defensores do desmembramento territorial em dezenove condomínios, e aqueles que se julgam donos do Jardim do Éden: o agronegócio, os madeireiros e os garimpeiros com a sua necropolítica étnico-ambiental.

Urge uma decisão radical contrária à cosmovisão guiada pelos interesses imediatistas do capital. Sob diversos e tenebrosos aspectos, atingimos o ponto da irreversibilidade. Degelo dos polos, elevação dos mares, desertificação de terras agricultáveis, calamidades em série já fazem parte da nossa paisagem. É hora de tirar do armário a noção de "revolução", para botar o bloco na rua. Se o sujeito da história foi o operário de macacão azul, em priscas eras, hoje é 99% da humanidade.

***Luiz Marques** é docente de Ciência Política na UFRGS, ex-secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul.*

Compartilhe nas redes: